

Gênero, raça e sexualidade: mulheres negras, homens negros, populações subalternizadas e LGBTQIA+ nas etnografias contemporâneas

Juliana Silva Chagas¹
Ozaias da Silva Rodrigues²

Muito se tem debatido e produzido na Antropologia e nas Ciências Sociais, de modo geral, sobre a necessidade de reconhecer e de amplificar formas de produzir conhecimento que não estejam, desde o seu nascimento, comprometidas com as forças hegemônicas e estruturantes das sociedades ocidentais/modernas. O pensamento eurocêntrico-capitalista³, como essa maneira de dominação que se espalhou, não somente por meio da exploração econômica, pela escravização dos corpos não europeus e pela subalternização do diferente, foi também introjetado por meio daquilo que chamamos, de modo geral, de *cultura*, ou, sob uma ótica mais precisa da nossa disciplina, das *práticas culturais*.

Sob o viés da religião cristã, por seus agentes catequizadores e pela noção hegeliana de ciência, populações foram afastadas para as margens e lidas como menos “evoluídas”, por meio do discurso civilizatório, isto é, colonizador⁴. No contexto colonial brasileiro, permeado de heterogeneidades em convívio e em conflito, ocorreu uma hierarquização das regiões do país, a partir da qual as regiões consideradas economicamente mais ricas (nos termos quantitativos da economia clássica, há que se dizer) ganharam centralidade, em detrimento daquelas regiões que serviram, inicialmente, de espaços de exploração econômica e que não foram estruturadas para usufruto da população habitante.

¹ Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (PPGAS/UnB).

² Mestre em Antropologia pelo PPGA/UFC/UNILAB (2020). Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/UFAM (2024). Integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Fenômeno Religioso Tierno Bokar (UNILAB - CE).

³ (Cf, p. ex, MINTZ, 1986; SAHLINS, 2003).

⁴ (Cf, p. ex., WOBOGO, 1976; SHIVA, 2003; MOORE, 2007; CARVALHO, 2008; KILOMBA, 2019).

Esse foi o caso das regiões Norte e Nordeste. Sob o domínio do sistema capitalista e da democracia burguesa, que encontrou um meio “abrasileirado”, por assim dizer, de se reproduzir, temos ainda hoje uma nítida divisão que coloca em segundo plano as diversas agentividades que coexistem – mais uma vez, não podemos esquecer, em diferentes graus de convívio e conflito –, tanto do ponto de vista das origens geográficas, como do ponto de vista das corporeidades em si, das alteridades que não são semelhantes às hegemônicas, a saber, que não são masculinas cisgêneras, brancas, heterossexuais e binárias.

Aníbal Quijano (2005) e Arturo Escobar (2005) pontuaram com relação à estruturação social, política e cultural do poder e do saber, nas sociedades latino-americanas pós-coloniais, que essa estruturação parte de ideais e práticas eurocêntricas e que, ao longo do tempo, convencionou-se chamar de globalização. O que também foi indicado, especificamente, para o caso da formação da sociedade brasileira, na qual a colonialidade tem como filhos o racismo, a branquitude, o sexismo, o etnocentrismo e o classismo, sendo estes indissociáveis nesse contexto, dado o caráter de exclusão e genocídio impostos às populações afrodescendentes, indígenas, quilombolas e caboclas ao longo da história do nosso país.⁵

Esses filhos da colonialidade são práticas sócio estatais que se consolidaram a partir de leis e de “verdades científicas”, veiculadas com o apoio Estado brasileiro, como pontua Silvio de Almeida na obra *Racismo Estrutural* (2019) e que foram internalizadas como *práticas culturais*. Tais *práticas* foram assimiladas em conjunto ao inconsciente coletivo e à psique individual, isto é, aos processos de subjetivação, engendrando a *neurose cultural brasileira*, na qual os componentes de racialidade e classe estão presentes no cotidiano do imaginário social, na *memória coletiva*, nas ações políticas privadas e públicas e na *consciência* dos indivíduos, como elucida Lélia Gonzalez⁶.

⁵ (Cf, p. ex., GONZALEZ; HASENBALG, 1982; FERNANDES, 2008; SCHUCMAN, 2013; NASCIMENTO, 2016).

⁶ Apesar de estarmos falando especificamente do caso brasileiro, esse tipo de mecanismo já foi amplamente apontado

No âmbito da produção de conhecimento não é diferente. As técnicas de pesquisa – como, por exemplo, a autoetnografia (Cf, p. ex, GAMA, 2020) e o desenho etnográfico (Cf, p. ex, KUS-CHNIR, 2016), que têm sido amplamente debatidas como modos de pesquisa em Antropologia, na contemporaneidade ou outras formas de escrever ou de comunicar que destoem da norma acadêmica clássica, podem ser lidas como *panfletárias, ensaísticas, regionalistas ou identitárias*, portanto, sob o subtexto, não adequadas à academia. Queremos dizer que, para além da hierarquização de corpos, quando os interseccionamos com sua localização geográfica e política, aparecem outros mediadores das experiências coletivas. Estes, muitas vezes, não encontram espaço, ressonância ou circulação nos lugares hegemônicos de produção de conhecimento, como, por exemplo, nos periódicos científicos de alto alcance/impacto nacional⁷ ou mesmo nas dissertações e teses das universidades mais bem avaliadas – para ficar somente no meio profissional.

Ou, ainda, pesquisadores/as originários/as dessas regiões nem sempre encontram, durante seus percursos formativos nos maiores centros acadêmicos brasileiros, facilidade de propor pesquisas mais regionalizadas, que trabalhem contextos geográficos específicos, muitas vezes experienciados de maneira bem próxima pelo/a pesquisador/a. O debate sobre a expansão científica de um tema de pesquisa – que, em termos ocidentais/modernos, seria a contribuição de uma ciência para a sociedade – não é novo e, pelo menos desde a década de 1960, pacificado na Antropologia, no entanto, segue sendo evocado para atravancar certas pesquisas, assim como para enaltecer ou-

em outras sociedades nas quais houve o convívio entre colonizadores e colonizados, como debatido, a partir de experiências em território europeu por Franz Fanon (2020), para o caso francês e suas ex-colônias, e Grada Kilomba (2019) para o caso de Portugal e suas ex-colônias.

⁷ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC), criada em 1951, para atuar no aperfeiçoamento técnico dos profissionais do Ensino Superior. Hoje, atua, em linhas gerais, na implantação e na expansão da pós-graduação *stricto sensu* no país. A CAPES é o órgão responsável pela regulação, avaliação e acompanhamento das normas que categorizam os cursos de pós-graduação e os periódicos científicos, por meio da Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Os dados consolidados são publicizados na Plataforma Sucupira. Disponível em: <<https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

tras.⁸

Dialogando com a visão de Mariza Peirano (1990b), em *Os antropólogos e suas linhagens*, acreditamos que o universalismo europeu foi e deve ser abandonado em prol da legitimidade de um confronto de vários pontos de vista, que estabelece precisamente a Antropologia como um campo de estudos tão vasto quanto refinado. Para tanto, precisamos possuir um arcabouço teórico sólido, por meio de aquisição e de exame do conhecimento antropológico e interdisciplinar, com criticidade, fazendo as devidas ponderações sobre sua origem, seus ganhos, desafios, limites e fragilidades.

É importante salientar que os entraves apontados muitas vezes são fruto de interesses na internacionalização, elemento que contribui para a formação da nota dos Programa de Pós-graduação. Isto é, as regras do jogo⁹ que estruturam a sociedade brasileira se atualizam nas instituições, conforme já mencionado, de modo que a distribuição de recursos e incentivos a determinados temas de pesquisa não depende somente de interesses acadêmicos dos discentes e dos docentes, mas está incrustada nas normas regulatórias que, na materialidade, precisam ser administradas pelas coordenações dos programas.

Mas voltando ao início desse texto, trata-se de *práticas culturais* que encontram ainda hoje ressonância, que ainda são hegemônicas e, portanto, ainda hoje precisam ser apontadas, comentadas, elaboradas, combatidas e transformadas. É com esse sentimento de transformação que

⁸ Mariza Peirano, por exemplo, em há mais de 30 anos, em seu texto “Os antropólogos e suas linhagens” (1990b), já havia apontado a tradição política da Antropologia brasileira na opção por pesquisas com grupos marginalizados, o que conjunturalmente não seria justificativa para anular as contribuições teórico-metodológicas que pesquisas nos limites geográficos nacionais trouxeram. Do mesmo modo, para Peirano, a Antropologia se reconhece como um tipo de conhecimento específico, que, por não ter paradigmas pré-estabelecidos, possui a vantagem de ser desenvolvida a partir de teorias clássicas e contemporâneas e de pesquisas de campo realizadas em contextos próximos ou afastados, geográfica e socialmente falando. Daí derivaria seu aprimoramento contínuo. Importante salientar que a autora frisa a existência de filiações institucionais, que a seu ver seriam inevitáveis, e que estas corroboram para as também inevitáveis distinções institucionais.

⁹ (BOURDIEU, 2007).

lidamos com a Antropologia e acreditamos que sua contribuição é exatamente deslocar o centro, é reverberar modos de produzir conhecimento que demonstram nosso próprio etnocentrismo e, a partir da reflexividade, construir pontes, desmanchar castelos e fazer ruir verdades naturalizadas. Historicamente, a Antropologia é uma disciplina pluralista, no sentido de que incorpora debates teóricos de outras disciplinas que contribuem para seu refinamento teórico, assim como ocorre no sentido contrário - sem negar com isso que há distinções institucionais que são inevitáveis e que são fonte da divisão do trabalho na disciplina.¹⁰

O desafio da produção etnográfica na atualidade é uma questão epistemológica¹¹. Em linhas gerais, é uma aposta no resgate e no levar a sério as epistemologias produzidas em campo, que não deveriam ser encaradas somente como uma *tradução*, uma *sistematização* ou como uma *descrição densa*, mas enfatizar que se fazem senão na ação de levar ao limite a reflexividade possibilitada pelo fazer etnográfico. A realização de uma pesquisa, além da produção conceitual, resulta também no desenvolvimento epistêmico do campo de estudos, mas esse tipo de elaboração no caso da Antropologia é artesanal e requer cuidadosa maturação. Ao reconhecer que sujeitos colaboradores de pesquisa produzem teoria, a qual os antropólogos interpretam para comunicarem-se no meio acadêmico, poderíamos vivenciar a dialogicidade não só para com esses sujeitos, mas ampliá-la entre os pares. Com isso, é preciso admitir que existe uma desigualdade nas condições de circulação de conhecimento na disciplina, tendo em vista as desigualdades regionais já apontadas.

Uma transformação substancial

Há menos de uma década vimos uma expansão significativa dos cursos de Pós-graduação em Antropologia nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-oeste do país. Essa medida foi fruto de mobilização social para a democratização do ensino superior, bem como parte do Plano de Acele-

¹⁰ (Cf. PEIRANO, 1990a; 1990b).

¹¹ (CARVALHO, 2001).

ração do Crescimento - PAC, pacote de ações do Governo Federal para aumentar a competitividade econômica e a influência política do Brasil junto aos organismos e instituições internacionais, além de objetivar a diminuição das desigualdades regionais e o aumento da estrutura de regiões insuficientemente priorizadas por governos anteriores.

Assim, além do investimento do Ministério da Educação na abertura, manutenção e avaliação de Programas de Pós-graduação, houve também um foco inédito na interiorização do ensino superior, como foi o caso da criação e implementação, em 2011, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)¹², com *campi* nos municípios do interior dos estados do Ceará (Acarape e Redenção) e da Bahia (São Francisco do Conde). Tal expansão produziu, na prática, um cenário propício para o desenvolvimento de pesquisas financiadas mais localizadas, a constituição de grupos de pesquisa nas regiões beneficiadas e, com isso, um maior refinamento investigativo de questões próprias àquelas realidades, isto é, a formação de agendas de pesquisa completamente novas, que trouxeram também possibilidades de criação de pesquisas comparativas em rede nacional, com inegáveis ganhos teórico-metodológicos.

Além disso, houve uma redução da migração de estudantes oriundos dessas regiões para centros já consolidados, nos quais muitas vezes há uma agenda de pesquisa historicamente bem delimitada. Podemos perceber que descentrar o olhar sobre os grandes centros tem contribuído, nesse curto espaço de tempo, para a complexificação da antropologia brasileira e para a produção de cenários etnográficos frutíferos, em que se retrata, de maneira mais equânime, a diversidade sociocultural que a nossa extensão territorial possui. Dessa forma, a escolha do recorte do *Dossiê Gênero, raça e sexualidade: mulheres negras, homens negros, populações subalternizadas e LGBTQIA+ nas etnografias contemporâneas* objetivou ser um movimento de contribuição para a diversidade sociocultural do país e para a diversidade da produção de conhecimento.

¹² (Cf. GOMES, 2012; GOMES; VIEIRA, 2013).

Como proposto por Donna Haraway (1995), saberes localizados podem ser mecanismos potentes para agregar nos modos de conhecer, possibilitando atravessar – no sentido de cortar, dissecar e transpor – questões que, até então, poderiam estar com o olhar viciado pela ambição ou pela ingenuidade de uma perspectiva universal. Temos muito a ganhar, epistemológica e politicamente falando, ao dar ênfase às perspectivas parciais, contribuindo para o aprofundamento e capilarização das pesquisas em si e da disciplina.

Assim, para além das categorias de gênero, raça, classe e sexualidade, enquanto elementos reveladores da nossa organização social, buscamos incluir neste dossiê pontos-de-vista atravessados pelas experiências georreferenciadas que evidenciassem distinções ou semelhanças entre grupos e subjetividades oriundos das regiões Norte e Nordeste. Nesse sentido, não só nos interessa trazer ao debate pesquisas realizadas desde as regiões citadas, mas também visibilizar pesquisas realizadas por pesquisadores/as oriundos/as dessas regiões, mas também para além delas. Foi a partir disso que convidamos pesquisadores/as da Antropologia e de áreas afins que articulam em seus trabalhos a interseccionalidade entre raça, gênero e/ou sexualidade em etnografias realizadas desde o Norte e o Nordeste do Brasil para publicar artigos, ensaios, entrevistas e ensaio visual no presente dossiê.

Algumas direções conceituais assumidas

Como proposto por Carla Akotirene (2019), Nilma Lino Gomes (2006), Maria Aparecida Silva Bento (2016; 2022), Sueli Carneiro (2005; 2011), Kabengele Munanga (2004), Patricia Hill Collins e Silma Bilge (2021), Lélia Gonzalez (2020a) e Frantz Fanon (2020), entre outras/os, a raça e os processos de racialização se configuram como construção social que se intersecciona com o gênero, a sexualidade e muitos outros marcadores sociais, promovendo sentidos próprios às constituições subjetivas e coletivas de grupos historicamente compreendidos como minorias sociais subalternizadas, que materializam socialidades não ou contra hegemônicas.

Desse modo, os artigos, ensaios, o “texto-manifesto¹³”, digamos assim e o ensaio fotográfico que compõem o dossiê não se restringem somente à articulação entre as categorias centrais propostas, mas dialogam com elas, tecendo conexões com outras questões, recortes e especificidades geográficas, bem como com categorias empíricas e analíticas diversas que ressoam com a proposta apresentada. Percebe-se que mulheres e homens negros/as, indígenas, acadêmicas/os ou não, mães, pais, cis, trans, solteiras/os, casadas/os, Pessoas com Deficiência (PcD), periféricas, gordas/os, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, idosas/os, jovens, faveladas/os ou não, são o foco de muitos trabalhos acadêmicos que articulam raça, gênero e sexualidade, visando refletir sobre as mais diversas experiências desses grupos. Os debates apresentados neste dossiê focam em formas diversas de racialização e generificação, pensando as populações negras, indígenas, quilombolas, de terreiro, LGBTQIA+, etc. e seus processos de subjetivação.

Pensando e partindo, por exemplo, do grupo das mulheres, como expressão de um conjunto de corpos que intersecciona múltiplos e outros marcadores sociais, pesquisadoras como Patricia Hill Collins (1999), Zita Nunes (1994), Judith Butler (1999), Suely Kofes (2001), Gayatri Spivak (2010), Donna Haraway (1995), Alejandra Pinto (2010), Jaqueline de Jesus (2010; 2013), Lila Abu-Lughod (2012), Grada Kilomba (2019) e Paula Balduino (2021) são exemplos de autoras que fornecem chaves de leitura entre os devires do gênero feminino e suas inúmeras possibilidades de atravessamentos, enquanto constitutivas de identidades políticas e sociais, por vezes reivindicadas ou problematizadas, a depender das condições materiais e dos significantes em que se expressam.

Conforme já mencionado, reunimos trabalhos de pesquisadores/as e/ou de pesquisas oriundas das regiões Norte e Nordeste, sobretudo, regiões estas que passaram por uma rápida expansão no campo da Antropologia nas primeiras décadas deste século, ação que tem deslocado e/ou ten-

¹³ Fazemos referência ao texto Reconexão Ancestral de Felipe Fernandes, que também compõe o dossiê de forma particular.

sionado o eixo geográfico das pesquisas e das/es/os pesquisadoras/es dos temas aqui abordados, como se pode perceber a partir de Milton Santos e Maria Silveira (2000; 2001), Vera Lúcia Picanço e Francisco Horácio Frota (2012), Heronilson Freire e Virginia de Holanda (2017; 2018), Tallita Justino (2018), Angra Porto, Marcius Gomes e Sandra Célia da Silva (2020), Marcelo Bizerril (2020), Gilneide Lobo (2021), Natacha Leal, Guillermo Sanabria e Diógenes Cariaga (2021), Valmir Pinto (2022), Rafael Gumiero e Sergio Redón (2023). Nesse sentido, buscamos, com o presente dossiê, visibilizar mais pesquisas e experiências de jovens antropólogas/ues/os, que devem ter suas pesquisas publicadas e divulgadas amplamente, no sentido de reivindicar a necessidade de uma equidade regional da circulação das etnografias contemporâneas, bem como expressar e fortalecer a diversidade da Antropologia feita no Brasil.

Outro aspecto importante que resolvemos amplificar foi a existência de experiências distintas de gênero, raça e sexualidade, de acordo com a localização geográfica dessas pesquisas, em que o corpo toma centralidade e aciona concepções distintas sobre a relação de interseccionalidade existente entre estes múltiplos marcadores sociais da diferença. Ao traçar uma linha que atravessa os textos, podemos perceber que fatores como gênero, raça, classe e sexualidade perpassam os mais diversos aspectos estruturantes da vida, de experiências em espaços públicos, como aqueles dedicados à religiosidade, à celebração, ao aprendizado, a cuidados e apoio à saúde, a discussões políticas institucionais, passando pelas práticas alimentares, que, entre membros de um grupo parental, representam modos de interação que são coletivizados a partir da formação sócio histórica e cultural da sociedade brasileira.

Optamos por considerar aqui as populações como subalternizadas – em releitura da noção de subalterno articulada por Gayatri Spivak, de 1942¹⁴ –, por serem grupos sociais que se formaram a partir de categorias externas de hierarquização socio-histórica-política-geográfica. Com

¹⁴ (Cf. SPIVAK, [1942] 2010).

isso, destacamos que a subalternização é uma ação que parte de grupos privilegiados em direção às minorias políticas, e, portanto, nenhum indivíduo é subalterno em si, mas é a organização social e a herança da colonização que qualificam indivíduos e grupos em subalternos. No presente dossiê, esses grupos podem ser compreendidos como marginais, no sentido da positivação e da potencialização da categoria, que adotam formas de agir no e de interagir com o mundo nas bordas, franjas, dobras, frestas, nas mobilizações e reuniões coletivas auto-organizadas, orientados em contraste aos modos de existência hegemônicos, e que, por isso, não são materializados por meio do que se espera socialmente, embora inevitavelmente possuam e convivam com sua influência.

Quando acionamos a categoria estrutura, estamos trabalhando com a noção foucaultiana¹⁵ que aparece e é aprofundada na interseccionalidade emergente da sociedade brasileira, como analisada por Lélia Gonzalez e Silvio de Almeida. Não só os modos de fazer política são estruturados pela subalternização de dado grupo e pela hegemonia racial, de gênero e de sexualidade, pois isso impacta na organização psíquica das subjetividades subalternizadas e hegemônicas, de modo a produzir as tensões sociais que incidem nos debates e na produção de espaços que sejam capazes de acolher e de organizar modos não hegemônicos de pensar, de agir e de interagir no mundo. Isso não significa dizer que nesses espaços também não nos deparamos com disputas e desejos que são um *continuum* entre o individual e o coletivo. A experiência humana, quanto mais localizada, mais se evidencia como diversa e distinta, além de demonstrar como subjetividades são produzidas e modificadas de acordo com a formação e a transformação da própria sociedade englobante. É tendo isso em vista que podemos falar brevemente dos trabalhos que compõem o dossiê.

15 (Cf., p. ex., FOUCAULT, 1979; 2010).

Uma breve apresentação dos trabalhos aqui reunidos

O artigo “Corpo negro, marginal e homossexual na literatura da vida real: aproximações entre o personagem Medonho, de Suor e Madame Satã”, de Juliana Carvalho da Silva, discute as performances de gênero e sua relação com a sexualidade a partir de personagens que encarnam formas distintas de exercer a sexualidade, sendo estas atravessadas pelo signo da liberdade ou da repressão social. Por meio da análise do personagem fictício Medonho, da obra literária Suor, e da vida de João Francisco/Madame Satã, o artigo tensiona raça e gênero, ao tratar da construção das masculinidades negras em dois polos, o de Medonho, personagem de um homem negro homossexual que performa a masculinidade negra viril, sendo bruto e grosseiro, e o de João Francisco/Madame Satã, que apresenta o tipo de masculinidade negra do malandro profissional, muito bem-vestido e articulado.

A autora expõe as ambiguidades presentes nas experiências de masculinidade de Medonho e de João Francisco, embora suas performances de gênero não se adequassem totalmente às esperadas para os homens negros, eram orientadas pelas expectativas sociais daquele contexto histórico, político e geográfico evidenciadas por expressões relacionadas à raça, como a violência, a virilidade, a hiperssexualização e a animalização dos corpos negros, os quais apenas se relacionariam com homens em busca de satisfação sexual e meramente biológica. Ao mesmo tempo, questões relacionadas à afetividade e à pluralidade subjetiva também são atravessadas pelos discursos e práticas de gênero, o que a autora demonstra a partir de um resgate histórico e da sobreposição com as histórias de vida de Medonho e João Francisco.

De autoria de Amadeu Cardoso do Nascimento e Cleânia Martins de Oliveira, o artigo “Educação antirracista e decolonial: experiências e vivências de mulheridades negras e indígenas e a literatura em sala de aula”, parte da análise das Leis Federais n.º 10.639/2003 e 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na educação básica.

Os autores apresentam elementos estruturantes da sociedade brasileira com relação às práticas institucionais e uma proposta de alguns docentes para efetivar as orientações presentes nas leis citadas, bem como combater o racismo no contexto de uma escola situada numa zona rural cearense. O cenário socializador do ambiente escolar, que pode ser repressor e excludente, não está imune à reprodução de racismo. Esse cenário e a aplicação seletiva das leis própria às práticas culturais presentes na sociedade brasileira, impulsionaram a concepção do projeto interdisciplinar “Experiências e vivências de mulheridades negras e indígenas e a literatura em sala de aula”, realizado na Escola de Ensino Fundamental Fernando Cavalcante Mota, no município de Capistrano–CE.

Os autores buscaram compreender a materialidade da aplicação das leis para uma educação antirracista na educação básica, analisando, por meio da observação participante, como se desenvolvia o projeto interdisciplinar no qual colaboraram docentes das áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática e cujo público-alvo foram estudantes do 5º ao 9º ano do Fundamental. Os autores observaram transformações na sala de aula e no ambiente escolar a partir da conscientização e do reconhecimento dos mecanismos do racismo na sociedade e no ambiente escolar. Além disso, ao entrarem em contato com a literatura negra e indígena, foi possível aos participantes também conhecer e reconhecer(-se em) práticas culturais desses grupos, possibilitando uma abertura à descolonização do pensamento e a incorporação de pedagogias plurais e bases de conhecimento mais diversos na matriz curricular.

Retratar as relações entre religião e gênero é o objetivo do artigo “Relações de poder, masculinidade e axé: notas etnográficas sobre zé pelintra no terreiro de umbanda no Pará”, escrito por Victor Lean do Rosário. Por meio da análise das masculinidades produzidas pela entidade Zé Pelintra em um terreiro de Umbanda no nordeste paraense, o autor tensiona o modo como Zé Pelintra exerce sua masculinidade e afeta os homens gays afeminados frequentadores do terreiro e praticantes da religião.

O autor demonstra como a figura de Zé Pelintra está ligada a noções de virilidade e masculinidade negra heterossexual - vista como viril, violenta, fálica - e como o seu trato com os homens gays afeminados do terreiro - grupo que apresentam masculinidades dissidentes – era baseado no modelo de masculinidade hegemônico, com a presença de jocosidade e desprezo ao se dirigir a eles. Desse modo, o autor analisa como a performance de gênero enseja tensões entre dinâmicas sociais de hierarquia e de objeção estabelecidas nas giras, nos atendimentos, nas quizilas e na divisão do trabalho no contexto pesquisado.

Em 2023, o Brasil liderou o ranking de países nos quais a existência das pessoas trans e travestis é mais desrespeitada e violentada¹⁶. O artigo “Visibilidade trans/travesti e raça: notas etnográficas sobre a Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT) em Belém-PA”, de Gleidson Wirllen Bezerra Gomes, aponta a importância de se trazer a raça como pano de fundo ao analisar trajetórias de pessoas trans e travestis em Belém-PA. Por meio de pesquisa de campo realizada na Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT), o autor traz contribuições para o campo de estudos de gênero, partindo do acompanhamento das iniciativas de organização política locais, tendo em vista ainda haver poucas pesquisas antropológicas precisamente nesse cenário.

O autor nos apresenta, por meio de notas etnográficas e entrevistas, as tensões que aparecem ao se interseccionar questões de racialidade e de gênero no contexto das pessoas trans, uma vez que outras organizações LGBTQIAP+ e o movimento negro parecem não se aproximar das pautas trans naquele espaço. Além disso, Gleidson destaca como organizações com fins lúdicos podem ser retratadas como afronta à sociedade normativa e acabam carregando, mesmo quando não intencionalmente, o aspecto de ato político, quando se trata das experiências em grupo das pessoas trans em espaços e equipamentos públicos.

¹⁶ BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023*. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

No artigo “Entre comidas, presenças e distâncias: notas sobre parentes, fluxos e substâncias”, a autora, Ana Clara Sousa Damásio, nos conduz, por meio da pesquisa etnográfica, a examinar o espaço da casa onde há produção de comida e de parentesco. Por meio das presenças sazonais, possibilitadas pelos fluxos dos parentes, ocorrem junto a produção e a circulação de comidas, que constituem, por meio das trocas, parte importante do que subsidia as relações de parentesco. A autora destaca o processo histórico que motivou as migrações ocorridas a partir do município de Canto do Buriti-PI em direção a outras partes do Brasil, analisando as trajetórias de três gerações de mulheres que fazem parte da mesma família.

Assim, a autora demonstra mecanismos de manutenção dos laços de parentesco, como as periódicas reuniões de família, em geral, com muitos desses momentos transcorridos na cozinha da casa da sua avó Anita, onde memórias antigas são revisitadas e novas são produzidas, algumas vezes boas, outras más, por intermédio da feitura de receitas de infância e de família, o que incluiria não só a sua cocção, como também serviços auxiliares, como a lavagem e a guarda da louça. Ana Clara sinaliza ainda para as distinções de gênero, de classe e de raça dentro do espaço da cozinha, no qual, no contexto da pesquisa, mulheres negras de classe trabalhadora são protagonistas, seja pelas normas culturais, seja por preferência pessoal, sendo também as responsáveis pelas reuniões familiares e no limite, pela manutenção e/ou estreitamento das relações de parentesco através de múltiplas gerações.

O artigo de Gladston dos Passos, Patrícia Rosalba Costa e Marcos Ribeiro de Melo, intitulado “Não há revolução sem movimento: disputas e tensões em torno da Parada LGBT de Sergipe”, apresenta um estudo sobre a parada LGBT de Sergipe, por meio de pesquisa etnográfica, no qual os autores examinam as relações de poder existentes no processo de produção do evento, responsáveis por constituir alianças e também rompimentos entre grupos e/ou indivíduos que fazem parte de movimentos de diferentes frentes LGBT. O evento que tem, ao mesmo tempo, *status* de

feira e de movimento político de reivindicação de direitos para a população LGBTQIA+ é construído em cima de intensos debates e decisões ora confluentes, ora conflituosas, revelando o que, nesse contexto, instituiria a noção de movimento.

Por se tratar de uma comunidade extremamente heterogênea, em que opera a intersecção entre diferentes marcadores sociais, como de gênero e orientação sexual, a luta das organizações pelo protagonismo do evento visa também prestígio e influência na tomada de decisões sobre o evento atual e os futuros, assim como na visibilidade de certas demandas perante a sociedade englobante. Assim, os autores assinalam como historicamente a Parada LGBT de Sergipe tem sido campo de embates e debates, objetivando sua perenidade, como parte de um processo democrático. Os autores demonstram também a existência da influência de grupos políticos partidários locais, tendo em vista que o orçamento para a realização da Parada provém de verbas governamentais.

No artigo “Ela, Keila Sankofa: quem ela pensa que é? O poder de uma mulher negra e multiartista amazônica”, o autor, Lucas Aflitos, examina a trajetória da artista Keila Sankofa, oriunda e moradora de Manaus-AM, evidenciando como esta emprega as noções de memória e de identidade no seu trabalho considerado afro-futurista. O autor elenca os trabalhos de Keila Sankofa e demonstra os significados conexos entre estes e a posicionalidade adotada pela artista na sua atuação artística-política, realizada preferencialmente nas ruas e a partir, sobretudo, da produção audiovisual, na capital amazonense.

Ao apresentar as dimensões trabalhadas pela artista, a partir dos apagamentos enfrentados pelo seu corpo negro, busca a visibilização das violências sofridas e propõe a (re)tomada do protagonismo desses corpos e o encontro de modos afirmativos de corporalidades manauaras. A provocação “Quem ela pensa que é?” segue ao longo de todo o texto e enfatiza a tentativa dos grupos sociais hegemônicos de estabelecer os limites de circulação do seu corpo negro e outros mais, assim como a expressão é apoderada pela artista num processo de elaboração, que objetiva

indagar e (re)conhecer sobre suas origens socioculturais e ancestrais, na construção de um horizonte conscientemente político.

O artigo ““O que é uma vida normal?” Um relato etnográfico em uma instituição de apoio a pessoas que vivem com HIV em Montes Claros, Minas Gerais”, de Matheus Felipe Costa e Daliana Cristina de Lima Antônio, foca nas vivências de mulheres e homens heterossexuais, bem como homossexuais, que vivem com HIV e que fazem acompanhamento com uma Organização Não Governamental (ONG) chamada Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores de HIV/Aids (GRAPPA), no município de Montes Claros, Minas Gerais. Por meio de observação participante e de entrevistas, os autores tensionam, a partir dos relatos dos participantes do grupo, as categorias “ser normal” e “se sentir normal”. Existe a busca pela proximidade com a normalidade, na qual tal experiência aparece como a simulação da existência sem HIV, ou seja, com referência à vida tida antes da contaminação pelo vírus. Assim, a proximidade da normalidade é atingida quando o sujeito passa ao estado de indetectável.

Os distintos contextos de descoberta da condição de soropositivo ou da possibilidade de desenvolver a AIDS, por parte dos indivíduos do grupo, demonstram graus diferentes de conhecimento e estigmas veiculados sobre HIV e AIDS, assim como indica que há temporalidades entre a descoberta, o processo de aceitação, o início e a continuidade do tratamento, a exposição pessoal quanto ao fato de se viver com HIV ou a convivência com o sigilo sobre esse fato. Além disso, são narradas as preocupações com a profilaxia pessoal, no convívio diário com medicações e seus efeitos colaterais, além da lida com relacionamentos afetivo-sexuais, mobilizando questões em torno da normalidade da vida pós-HIV e com o processo de reconfiguração de si.

Os autores também evidenciam a presença da desinformação na sociedade, que leva à reprodução de estigmas baseados no gênero e na sexualidade – o HIV seria proveniente das práticas sexuais entre homens homossexuais – e veiculados em muitos dos discursos médicos sobre

prevenção e diagnóstico. Assim como, com relação às mulheres que vivem com HIV, naquele contexto, os autores demonstraram a existência de um cenário de apagamento da sexualidade dessas mulheres, ao lado de cobranças sociais relacionadas ao gênero e que as colocam em situação de vulnerabilidade pelo risco de terem seus diagnósticos expostos pelos seus ex-parceiros.

Por fim, o ensaio visual “Os subalternos das margens do lixo: etnofotografia do igarapé do Beco do Dilúvio”, de Eduardo Monteiro, aborda o tema da degradação do meio ambiente em Manaus-AM, por meio da intervenção humana com a presença dos chamados empreendimentos, como grandes centros comerciais e universidades, sendo atravessada pelos modos de vida existentes nos igarapés da cidade, que recebem os descartes dos referidos empreendimentos, sobretudo o do Beco do Dilúvio. A narrativa visual apresentada sob o ponto-de-vista dos moradores e catadores sazonais do igarapé do Beco do Dilúvio indica fatores naturais, como as chuvas, estabelecendo relações de trabalho que surgem com a chegada do lixo conduzido pelas águas das chuvas.

Os catadores sazonais são formados por moradores do Beco, mas, sobretudo, por levas de indivíduos que vêm de outras partes da cidade, em fluxos temporários, e que constituem essa categoria de trabalho. Esses trabalhadores são invisibilizados e marginalizados por manusearem objetos descartados e por precisarem entrar nas águas poluídas para resgatá-los. No entanto, o resultado do seu trabalho constitui uma técnica própria de recuperação de objetos, que impacta diretamente nos significados dados a estes e às relações com o meio ambiente.

Por fim, quanto à imagem da capa desta edição da revista, que ilustra imageticamente os trabalhos reunidos nesse dossiê, trata-se de uma fotografia que mostra o artista Felipe Fernandes, como Sananga, coberto de urucum e espinhos de tucumã, em posição de atenção às causas dos povos indígenas, com um punhal na mão e segurando uma fruta rosa na outra; mostra o doce e o dever necessário em equilíbrio. O cesto na cabeça remete à grande rede ancestral tecida em conexão com os povos amazônicos. O verde no poncho que veste, remete às tecelagens dos parentes

indígenas das Américas e a escadaria simboliza a floresta colonizada em pedra. Essa imagem é sobre resistência, pois antes disso aqui ser cidade, havia floresta. Essa imagem é sobre poder, enfatizou ele, poder aos povos originários. A foto foi produzida por Yasmim Sol (perfil do Instagram: @manaus.poetica18).

Boa leitura!

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. In: *Revista estudos feministas*, v. 20, p. 451-470, Florianópolis, 2012.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BALDUINO, Paula. Histórias de vida e ancestralidades afro-pindorâmicas em foco. In: *Linhas Críticas*, v. 27, Brasília, 2021.
- BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024.
- BENTO, Cida. Branquitude e branqueamento no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, p. 27-62, 2016.
- _____. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. In: *Revista tempos e espaços em educação*, v. 13, n. 32, Aracaju, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BUTLER, Judith. Gender is burning: questions of. In: THORNHAM, Sue (Ed.). *Feminist film theory: a reader*, v. 336, Edinburgh University Press, 1999.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 339 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: *Horizontes antropológicos*, v. 7, p. 107-147, Porto Alegre, 2001.
- _____. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. In: *Revista Cinética*, São Paulo, 2008.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: LANDER, Edgardo *et al.* (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Heronilson Pinto; DE HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. A expansão do ensino superior nas cidades médias do nordeste brasileiro. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos “A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia” (*Anais*), 2016, p. 1-11, São Luís, 2017.

GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. In: *Anuário Antropológico*, v. 45, n. 2, Brasília, 2020.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. In: *Educação e Sociedade*, v. 33, n. 120, Campinas, 2012.

_____.; VIEIRA, Sofia Lerche. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afrobrasileira (UNILAB). In: *Revista lusófona de educação*, n. 24, Lisboa, 2013.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia. (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

GUMIERO, R. G.; REDÓN, S. M. Interiorização da pós-graduação em planejamento urbano e regional na Amazônia: a trajetória do PPGPAM. In: *DRd - Desenvolvimento regional em debate*, v. 13, ed. esp., p. 117-136, Canoinhas, 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, Campinas, 1995.

HILL COLLINS Patricia. Mammies, matriarchs, and other controlling images. In: KOURNAY, J.; STERBA J.; TONG, R. (Eds.). *Feminist philosophies*. 2ª ed., p. 142–152, Prentice Hall, 1999.

_____.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

KUSCHNIR, Karina. A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas. In: *CADERNOS DE ARTE E ANTROPOLOGIA*, v. 5, n. 2, p. 5-13, Salvador, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. In: *Revista Cronos*, v. 11, n. 2, Natal, 2010.

_____. O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, v. 18, n. 3, p. 363-372, Bragança Paulista, 2013.

JUSTINO, Tallita Soares. *O efeito da expansão da educação superior na pendularidade no interior do Nordeste brasileiro em 2000 e 2010*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

LEAL, Natacha Simeí; SANABRIA, Guillermo Vega; CARIAGA, Diógenes Egídio. Dossiê “Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil”. In: *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 1, Brasília, 2021.

LOBO, Gilneide Maria de Oliveira. *Expansão e interiorização da pós-graduação stricto sensu da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: avanços, limites e contradições*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

MINTZ, Sidney Wilfred. *Sweetness and power: the place of sugar in modern history*. New York: Penguin, 1986.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade negra versus identidade nacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NUNES, Zita Cristina. *Race, miscegenation, and the construction of a national identity: the modernist period in Brazil*. University of California, Berkeley, 1994.

PEIRANO, Mariza. O pluralismo de Antônio Candido. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 5, n. 12, Brasília, 1990a.

_____. Os antropólogos e suas linhagens (a procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reis). In: *Série Antropologia*, n. 102, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Brasília, 1990b.

PICANÇO, V. L. L.; FROTA, F. H. da S. Interiorização da Universidade do Estado do Pará: um estudo do *Campus* de Santarém. In: *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 6, n. 2, p. 204-232, Fortaleza, 2012.

PINTO, Alejandra Aguilar. Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero “Diásporas, diversidades, deslocamentos” (*Anais*), v. 9, Florianópolis, 2010.

PINTO, Valmir Flores; PIMENTEL, Elizabeth Tavares; COSTA, Rosangela Carvalho da. A interiorização da pós-graduação no sul do Amazonas: direitos, impactos e desafios. In: *Revista tempos e espaços em educação*, v. 15, n. 34, e16730, Aracaju, 2022.

PORTO, Angra S.; GOMES, Marcius de Almeida; SILVA, Sandra Gomes da. In: *Revista lusófona de educação*, v. 49, n. 49, 57-73, Lisboa, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo *et al.* (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática: dois paradigmas da teoria antropológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Milton. *O ensino superior público e particular e o território brasileiro*. Brasília: ABMES, 2000.

_____. ; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WOBOGO, Vulindlela. Diop’s Two Cradle Theory and the Origins of White Racism. In: *Black Books Bulletin* 4, v. 72, n. 4, Chicago, 1976.